

Arqueologia da idade global – a construção de uma crença*

*Armand Mattelart**

“Idade Global”

Anthony Giddens, The Third Way, 1999.

“Or, comme dans tous débats sérieux, les mots sont rois.”

Fernand Braudel, Le Temps du Monde, 1979.

Poucos termos se mostram com significação tão ampla e tão infinitamente ampliável quanto o anglicismo globalização. Poucos termos, igualmente, tiveram trajetória tão meteórica, uma tal “global rapidez de expansão”, como diria Paul Virilio. Poucos termos são difundidos em uma tal situação de a-topia¹ social, ao largo, poderíamos dizer, de discussões cidadãs, deixando vir à tona, ainda, dúvidas em relação às condições e significados de sua origem. Esta noção designa ao mesmo tempo um processo real e um projeto, pedaços de realidade, e crenças bem estabelecidas. A realidade é que muito se modificaram as condições de interdependência (não a interdependência em si mesma, que não data de hoje, como eloqüentemente demonstra a invenção, pelos “mundialistas” do fim do século XIX, desse termo biomórfico). Os sistemas nacionais, sejam eles técnicos, econômicos, culturais, sócio-políticos, civis ou militares, foram atravessados por lógicas que os transcendem e os fazem abandonar espaços inteiros de sua soberania, ou, no mínimo, obrigam-nos a redefini-la.

* Originalmente em francês, a tradução é de Eloah Reigadas, com revisão e modificações feitas pelo Editor.

** Doutor em Comunicação, professor do Departamento de Ciências da Informação e da Comunicação na Universidade de Paris VIII.

¹ De utopia (em grego *o u* [não] *topos* [lugar]) – o lugar ‘ideal’ porque não aqui, agora, fundamento mítico do desenvolvimentismo iluminista-capitalista – passa-se para a *a-topia*, com a partícula grega *a* implicando privação, negação, o não-lugar como retração do sonho, do ideal. N. do E.

O projeto em pauta é a pretensão de querer nos impor a todos a auto-regulamentação de mercado como as encruzilhadas caudinas² da “prosperidade geral”, da “felicidade para todos”. É aí que se situa o seu caráter de nova configuração ideológica totalizante-totalitária, encarregada de veicular e legitimar o projeto neoliberal. A integração de sociedades singulares ao mundo é reduzida à incorporação ao sistema social e produtivo promovido pelo que se convencionou chamar de capitalismo mundial integrado. Indissociável da ideologia da pancomunicação, a ideologia da globalização compartilha com essa última uma função matricial na gestão simbólica tanto desse projeto de ordem planetária, quanto dessa outra realidade, essa não admitida, de um globo marcado pela lógica da segregação social e econômica.

Convertida em nova *lingua franca*, essa neolíngua tecnoglobal repetidamente martela as palavras como evidência de que não precisam ser discutidas. Ela prescreve formas de dizer o presente e o porvir. Ela desvela à guisa de seu particularismo o processo histórico de unificação do mundo. Transmutando em um corpo de crenças único um fenômeno de dimensões múltiplas, simbólicas e reais, ela embaralha, em definitivo, a compreensão dos desafios inerentes à complexidade contemporânea das novas formas de interação e de transação entre economias, sociedades e culturas. É a arqueologia de algumas das expressões desse pensamento único que me proponho a pôr em relevo, como derivação direta do projeto intelectual a que me ligo desde a segunda metade dos anos 80 (Mattelart, A. et M., 1986 ; Mattelart, A., 1992, 1996, 1999). Esta arqueologia nos parece tanto mais importante para a inteligibilidade política do momento contemporâneo, uma vez que as palavras são os mensageiros das crenças que impulsionam forças simbólicas, um *mana*³ que faz acontecer tanto quanto permite que aconteça. Gostemos ou não, maquiando muito as incertezas que pesam sobre o processo de reorganização do mundo, essas crenças contribuem para represar a história em compartimentos que estão longe de representar o interesse universal.

² Referência a um ponto de bifurcação num desfiladeiro na Itália onde em 321 a.C. as tropas romanas sofreram fragorosa derrota de tribos sabinas e tiveram de passar pelo jugo. Daí, lugar de humilhação, de sofrimento, expiação de pecados. N. do E.

³ Força sobrenatural em si, independente do homem, crença existente entre tribos da

O esquecimento da História

History is bunk. A História é trapaça, basófia. Ao percorrer os apolo-géticos discursos e metadiscursos sobre a chegada da era global, temos a impressão de que essa sentença formulada por Henry Ford no início de sua ascensão como luminar da indústria fez uma notável reviravolta. O movimento multissecular da integração mundial está despojado de sua memória de conflitos, e, portanto, de seus desafios contemporâneos. Marc Ferro tem razão de nos colocar em guarda contra esse retraimento do olhar histórico: “Neste fim de milênio predomina a idéia que entramos em uma nova era histórica, a da mundialização. Perguntamos, no entanto, se não se trataria de uma ilusão de ótica? Pois o movimento de unificação do mundo já surgiu muito anteriormente, mesmo que apenas recentemente se tenha estendido e desenvolvido num ritmo acelerado.” (Ferro, 1999, p. 28-29).

O historiador da Escola dos Anais, fundada entre outros por Fernand Braudel, não foi o único a recordar a necessidade de inscrever esse processo lá no passado distante. Mesmo que insista no fato de que a história raramente se repete de modo idêntico e que o quadro contemporâneo da economia mundial apresenta configuração original, o economista Robert Boyer, corifeu da escola de regulamentação, fala de “falsas” e “verdadeiras novidades da mundialização” e insiste sobre a urgência que há no sentido de ultrapassar as “análises retrospectivas dos economistas e da maioria dos pesquisadores em ciências sociais que no melhor dos casos avançam sobre um período de uma ou duas décadas”, para “levar em conta o longo período do capitalismo” (Boyer, 1997b). Advertência de mesma natureza por parte de Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant que, no quadro de uma crítica mordaz ao uso intempestivo das noções de “multicultural”, de “multiculturalismo” e de “mundialização”, recordam que “a mundialização das trocas materiais e simbólicas, a diversidade das culturas, não datam do nosso século, já que é coexistente com a história humana, como já assinalou Emile Durkheim e Marcel Mauss em sua ‘Nota sobre a noção de civilização’” (Bourdieu e Wacquant, 2000).

O certo é que a falha de memória favorece o agraciado retorno de uma escatologia de conotação religiosa afeiçoada aos escritos do Padre Teilhard de Chardin⁴, inventor precoce (1938) da noção de “planetização”.

Ásia. N. do E.

⁴ Padre jesuíta francês (1881-1955), antropólogo doutorado em paleontologia pela Sorbonne. Como filósofo, tenta reconciliar cristianismo e evolucionismo – num pan-

Escritos sobre os quais o convertido Marshall McLuhan se debruçou desde 1962 lançando o clichê “aldeia global”, declinação moderna do antigo mito (esse clichê, porém, também reciclado da “grande família humana”). Se a referência a esse teólogo paleontólogo, pensador da *noosferae* da “totalidade cósmica” é recorrente entre os autores que construíram originalmente a noção de “sociedade global” (penso em Brzezinski, por exemplo), não reside menos verdade no fato de que a apropriação intensiva que dele fazem, alguns anos depois, as cruzadas tecnolibertárias do ciberespaço, marca um salto qualitativo em seu uso. Não vimos, em 1999, os estrategistas americanos da *Netwar* reivindicarem seu apadrinhamento, inaugurando o conceito de “noopolítica” em um relatório concebido sob a égide do famoso *think tank* ou fábrica de idéias Rand Corporation? Garantimos que o santo homem sobressaltou-se em sua tumba!

A amnésia funda uma modernidade sem projeto. Em lugar de um verdadeiro projeto social, temos o determinismo tecnomercantilista que institui a comunicação sem fim e sem limite, como herdeira do progresso sem fim e sem limite. Fazendo isto, reciclamos o antigo projeto escatológico de ocidentalização do mundo. “O homem instruído de amanhã deverá esperar viver em um mundo globalizado, que será um mundo ocidentalizado”, assevera Peter Drucker, teórico da administração, em sua obra sobre a “sociedade pós-capitalista livre de choques”. Revisto e corrigido pelo novo darwinismo liberal, faz emergir a teoria difusionista sobre o progresso linear formulada pela etnologia clássica do século XIX e atualizada pelos sociólogos da modernização-*westernization* no século seguinte nas batalhas contra o “subdesenvolvimento” dos anos 60 e 70. Os modelos culturais da modernidade não podem senão irradiar do centro para a periferia. A modernidade do primeiro desempenhando papel de uma antecipação da prosperidade do segundo, da periferia, desde que siga fielmente as fases canônicas da evolução pelas quais passaram as nações adultas. A era global em que tanto os ingênuos quanto os cínicos vêem o fim do imperialismo, está longe de ter posto um fim no etnocentrismo dos tempos imperiais. O fiasco manifesto das estratégias de desenvolvimento nos anos 70 selara, portanto, a sorte do “esquema da maturação histórica” da história/modernização/progresso. Esquecidas (são) as novas maneiras críticas de apreender a formação da modernidade que forcem a que se interrogue sobre o processo de apropriação dos fluxos globais pelas culturas e territórios singulares! Nesse mesmo passo, Drucker pleiteia em favor de uma vasta aliança entre administradores e intelectuais, condição essencial, a seu ver, para o sucesso do projeto da sociedade planetária guiada pela indústria do

saber: “Seus pontos de vista se opõem; porém, como dois pólos indissociáveis, não contraditórios. Cada um necessita do outro.” (Drucker, 1993).

A recusa em “ver o futuro no espelho do passado”, a qual se refere Marc Ferro, cria impasses em momentos fundamentais da construção conflituosa do imaginário da “mundialidade”. Do século XIV até hoje, é possível seguir o ideal de uma unidade do mundo sob a marca de uma religião, de um império, de um modelo econômico ou da luta dos oprimidos. Os planos e os projetos abundam para assegurar a paz universal ou para reorganizar o planeta. O abade de Saint-Pierre, que serviu de contramodelo para Bolívar, imaginou um governo mundial. Adam Smith, a república universal, mercantil e o horizonte do mercado único; Condorcet, uma república universal de ciências aguardando a Sociedade das Nações, em seguida, a ONU e o direito de ingerência. A generosidade da permuta se transforma freqüentemente em tirania do pensamento único, do mesmo modo como as utopias costumam se materializar em prisões. A Descoberta de um Novo Mundo abre a perspectiva de diálogo e abre caminho para o direito público internacional moderno; entretanto, resulta em massacres e na negação da culturas indígenas. Contudo, o direito público internacional permitiu igualmente quatro séculos depois incriminar o general Pinochet por genocídio. A filosofia das Luzes esboça um domínio sobre à natureza e justifica as grandes empresas coloniais. Os socialismos se atualizam ao desaguardem no nacionalismo. O livre mercado se torna o pesadelo imperialista. As promessas de redenção freqüentemente se tornam a danação dos “condenados da Terra”.

Para exorcizar a compulsão do sintagma ‘tecnoglobal’ e para pôr em perspectiva o dever de memória, será conveniente reler alguns romances de Borges, recheados de alusões aos precursores esquecidos da utopia planetária (o barão revolucionário franco-prussiano Cloots ou o fundador da bibliologia, o belga Paul Otlet, especialmente). *O Congresso*, por exemplo, sobre a busca impossível de uma “organização que englobe o planeta”. Ou ainda *A língua analítica de John Wilkins* (sabemos que esse romance, segundo o testemunho de Foucault, torna-se o “local de nascimento” de sua obra *As palavras e as coisas*) sobre a busca não menos impossível de “princípios de uma linguagem mundial”, livro empreendido na época da Reforma intelectual e que traduz um “pensamento descritivo” que propicia operar entre os seres uma ordem, uma divisão em classes, utopia perseguida por todos os projetos de “línguas universais”, aqui compreendida como a nova língua da informática. Não é inútil recordar com este propósito o que escreveu Lewis Mumford em 1936 sobre os primeiros passos do pensa-

mento do numerável e do mensurável: “Através do pensamento, a cultura moderna se lança ao espaço e se coloca em movimento. Isto que Max Weber chamava de ‘romantismo do número’ ia nascer naturalmente desse interesse. Na medida do tempo, no comércio, na guerra, os homens contaram os números, e finalmente, o hábito ajudando, apenas os números contam” (Mumford, 1936). Ir adiante nesse tema não é nossa proposta. É o que, por outro lado, tentei realizar em meu último trabalho *História da utopia planetária. Da cidade profética à Sociedade global*⁵.

Paremos então esta breve projeção sobre os momentos fundadores, para nos firmarmos em um passado mais recente, ainda assim essencial, pois conduz ao discurso unidimensional sobre a entrada de sociedades humanas na idade global e a infiltração insidiosa, pela intervenção do discurso do ‘fim de tudo’, de uma ideologia que não diz seu nome.

O fim da ideologia

A partir dos anos 70, tem trabalhado a todo vapor a usina de produção do imaginário em torno de uma nova idade histórica. Entramos na idade da informação, como já a havia chamado, em 1977, uma peça publicitária da IBM! Com o ímpeto do processo de desregulamentação e de privatização, o imaginário da idade da informação irá cruzar caminho com o da “idade global”. Em março de 1994, o vice-presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, anuncia de Buenos Aires seu projeto de ‘infovias’ ou Infra-estrutura Global de Informações, fazendo brilhar aos olhos da “grande família humana” a promessa de uma nova ágora ateniense. Este também é o ano em que surge, pela primeira vez, entre os discursos oficiais, a noção de *New Economy*. Em fevereiro de 1995, os países do G7 ratificam em Bruxelas a noção de *Global Society of Information*, simultaneamente à decisão de acelerar a liberalização dos mercados de telecomunicações. Desencadeia-se uma enxurrada de formulações conceptuais, no curso da qual cresce um campo de representações de mutações técnicas marcadas pelo selo do determinismo.

Tudo começou a acontecer ao final da Segunda Guerra Mundial. A Guerra Fria plantou o cenário que preside a construção de conceitos encarregados de anunciar, senão de explicar, que a humanidade está no limi-

evolucionismo místico envolvendo todo o cosmo. N. do E.

⁵ Histoire de l’utopie planétaire.. De la Cité prophétique à Société globale

ar da nova idade da informação e, portanto, de um novo universalismo. Três focos de emissão aparecem sucessivamente: as ciências sociais, os especialistas em previsão e a geopolítica.

Primeira operação: decretar a morte da era precedente, a da “ideologia”, consubstancial, conforme seus coveiros, ao século XIX e à primeira metade do século XX, esse também o da “sociedade de massa”. É isto que empreendem os participantes da reunião organizada, Milão, setembro de 1955, sobre o tema “O futuro da liberdade”, no Congresso pela Liberdade da Cultura, organismo fundado em Berlim em 1950 e financiado, pelo que parece à revelia de seus organizadores, pela CIA sob cobertura de uma fundação privada. Entre seus participantes: o economista Friedrich A. von Hayek, Raymond Aron que então acaba de publicar *O Ópio dos intelectuais*, e os sociólogos norte-americanos Daniel Bell, Seymour Martin Lipse e Edward Shils. Fim da ideologia, fim da política, fim das classes e de suas lutas, mas também fim dos intelectuais contestadores e fim do engajamento, todos esses eclipses estão na ordem do dia. Aí se postula que a “análise sociológica” está em vias de dispersar os preconceitos da “ideologia”, atestando a nova legitimidade da figura do “intelectual liberal ocidental”. Outra tese recorrente, formalizada desde 1940 pelo filósofo norte-americano James Burnham, em ruptura com a IV Internacional, combina então com o discurso do “fim de tudo”: a revolução gerencial e a ascensão irresistível dos *organization men*, portadores de uma nova sociedade: a *managerial society* que prefigura a convergência dos regimes capitalista e comunista.

Uma comunidade de pensamento emerge. Comentário de Daniel Bell uns vinte anos mais tarde: “Um certo número de sociólogos - Aron, Shils, Lipse e eu mesmo - fomos conduzidos a ver os anos 50 caracterizados pelo fim da ideologia” (Bell, 1976). Em 1960, Daniel Bell, também ex-simpatizante do movimento trotskista, publica *The End of Ideology*. Entre 1965 e 1968, preside a Comissão sobre o ano 2000, criada pela Academia Americana de Artes e Ciências, no âmbito da qual ele trabalha o conceito de “sociedade pós-industrial”. Em 1973, publica *The Coming of Post-Industrial Society* onde correlaciona sua tese anterior do fim da ideologia com o conceito de “sociedade pós-industrial”. Esta última, ainda denominada “sociedade da informação” ou “do saber”, é desprovida de ideologia. Bell faz uma obra de previsão. Daí o subtítulo: *A Venture of Social Forecasting*. Revisitar brevemente este texto reveste-se de um interesse especial, quando sabemos que ele veio a ser republicado com prefácio, redigido pelo autor, de quase 30 000 palavras, na ocasião do lançamento da *opus magnum* de Manuel Castells sobre a “sociedade em rede”. Castells presta ainda uma home-

nagem de apoio em seu livro a seu colega norte-americano descontextualizando. E o próprio Bell, à força de querer rearranjar seu novo prefácio para provar a validade de “*The Coming*” à era da Internet, se descontextualiza. Prova do pouco caso que se reserva à história quando se trata de celebrar o futuro! (Mattelart, 2000).

Extrapolando tendências estruturais observáveis nos Estados Unidos, Bell constrói uma sociedade tipo-ideal: uma sociedade caracterizada pela potencialização de novas elites cujo poder reside na nova “tecnologia intelectual” orientada pela tomada de decisão, pela preeminência da “comunidade de ciência”, uma “comunidade carismática”, universalista e desinteressada, “sem ideologia”; uma sociedade hierarquizada, regida por um Estado providencial, centralizador e planejador das mudanças (donde a insistência em relação ao papel dos métodos de monitoramento [*monitoring*] e de avaliação [*assessment*] de mudanças tecnológicas); uma sociedade alérgica ao pensamento de pesquisa e ao tema da “democracia participativa”, problemática que a televisão a cabo colocou na ordem do dia nos Estados Unidos. Nesta sociedade, onde a economia transmuda-se em “serviços técnicos e profissionais”, o crescimento é linear e exponencial. A visão de história-modernidade-progresso que prevalece está conforme a teoria matemática da informação e o modelo de evolução traçado em 1960 por Walt W. Rostow em seu “Manifesto não-comunista” sobre as “etapas do crescimento da economia”. O progresso vem aos países ditos atrasados através da difusão de valores de países ditos adultos. Este percurso tem um nome, forjado pela sociedade da modernização: *Westernization*.

As incertezas sobre o crescimento e a “crise de governabilidade das democracias ocidentais”, diagnosticada pela Comissão Trilateral, num ápice abalarão as hipóteses desse primeiro esquema provisório da sociedade da informação (Crozier e al., 1975). Mas o que importam os flagrantes desmentidos no curso dos acontecimentos, a visão científica terá logrado enraizar a idéia de que as doutrinas organizacionais degredam a política. Funcional, esta sociedade é gerada segundo os princípios da administração científica. No panteão de seus precursores, Bell coloca, nada mais nada menos que Claude-Henri de Saint Simon, Frederic Winslow Taylor e Robert McNamara, antigo dirigente da Ford Motor Co., artesão da racionalização do Pentágono no início dos anos 60, e futuro presidente do Banco Mundial!

Os futurólogos

Nos anos 60, legitima-se a idéia de que existem métodos objetivos para explorar o futuro. A produção de cenários de antecipação tornou-se um mercado. Os “*professional prognosticators*” oferecem seus serviços às empresas e aos governos ávidos de conselhos e prontos para pagar. É por este desvio que o grande público se socializa com a nova idade tecno-informacional.

Haverá Herman Kahn e o seu Hudson Institute prognosticando em 1967, no âmbito da Comissão para o ano 2000, presidida por Bell, que a Argentina e a Espanha chegarão juntas ao limiar da sociedade pós-industrial (e pós-penúria); não se trabalhará mais que 5 ou 7 horas por dia, 4 dias por semana, 39 semanas por ano! Especialmente, o consultor independente Alvin Toffler, autor dos *best-sellers Future Shock* (1970) e *The Third Wave* (1979), com que ele se aplicará em “levar às massas o futurismo”, segundo as palavras de *Time* (Krantz, 1996). Este antigo marxista indicou claramente a função operacional dos cenários de antecipação. Para evitar o “traumatismo do choque do futuro”, deve-se criar entre os cidadãos o desejo do futuro. O horizonte de expectativas de que ele faz publicidade é caracterizado pela democracia interativa, a desmassificação das mídias, a mentalidade produção/consumo, o pluralismo, o pleno emprego, a flexibilidade. E, sobretudo, caracterizado pelo fim do “perigoso anacronismo” que é o Estado-nação, dispersado por “organizações matriciais”, que são as empresas globais. A nova clivagem coloca face à face os Arcaicos e os Modernos, não mais os ricos e os pobres, o capitalismo e o comunismo.

Por “democracia interativa” entende-se agora os projetos de “cidades conectadas por cabos” (*wired cities*) para que os *think tanks* invistam, e se tornem o local da experimentação da ideologia tecno-comunitarista. Nicholas Negroponte, profeta da era numérica e acionista da *Wired*, revista de conexões, não trabalhou, antes de fundar (1979) a Media Lab do MIT, para a Rand Corporation e para a IBM, sobre este tipo de prospectiva urbana?

A vontade precoce de legitimar politicamente a idéia de realidade *hic et nunc*⁶ inerente à noção de “sociedade da informação” e que revela a explosão do futurologismo, justificará os escrúpulos da vigilância epistemológica. Esta vontade será fato nos anos 70 com a formulação de estratégi-

⁶ Expressão Latina – “Aqui e agora”. N. do E.

as de saída da crise a partir das tecnologias da informação nos grandes países industriais. A tendência a assimilar a informação a um termo saído da estatística (*data* – dados) e a não ver na informação senão o que ela tem de dispositivos técnicos, acentuar-se-á, instalando-se um conceito puramente instrumental de sociedade da informação. Com a vacuidade do conceito, descaracterizam-se os embates sócio-políticos de uma expressão (sociedade da informação) reputada como reveladora do novo destino do mundo.

As redes do *soft power*

Desde o final dos anos 60, a grade geopolítica que legitima a noção de sociedade da informação como sociedade global tornou-se explícita a partir das análises sobre as conseqüências internacionais da convergência entre a informática e as telecomunicações feitas por Zbigniew Brzezinski – especialista em problemas do comunismo e futuro conselheiro do presidente James Carter em matéria de segurança nacional. De fato, sua obra sobre a revolução tecnocrônica publicada em 1969 pode ser lida como resultado, formulado no nível de estratégia de hegemonia mundial, dos discursos escatológicos sobre o “fim de tudo”. A tese central: graças a seu domínio das redes mundiais, os Estados Unidos se tornam a “primeira sociedade global da história”, aquela que “se comunica mais”. O modelo de “sociedade global” que representam prefigura o destino de outras nações; é inevitável que os novos valores universais irradiados da América cativem a imaginação de toda a humanidade e suscitem o mimetismo c.q.d.⁷: acabou-se o tempo da “diplomacia de artilharia”; caducaram-se as noções de imperialismo, de americanização e de *Pax americana*, viva a nova “diplomacia de redes”! Em 1974, dois anos antes de ser nomeado conselheiro de segurança nacional do presidente James Carter, Brzezinski propusera, para gerar uma “maquinaria econômico-político-internacional” ou “sistema global”, a criação de um órgão especial, de nível interministerial, ligado à vice-presidência, tendo como missão tratar dos “problemas globais”. O resultado desta promessa aguardaria o primeiro período da administração Clinton, que irá se equipar com um subsecretário de Estado para “Assuntos Globais”.

⁷ CQFD [abrev.] Ce qu’ il fallait démontrer - Como queríamos demonstrar. N. do T.

“Diplomacia de redes”. A palavra foi lançada e nos traz de pára-quedas três décadas depois. Em 1996, o politicólogo Joseph S. Nye e o almirante William A. Owens, conselheiros da Administração Clinton, não falarão outra coisa ao inaugurarem a noção de *soft power*, base da nova doutrina da “segurança global”: “O saber, mais que nunca anteriormente, é poder. O único país que está capacitado a gerir com êxito a revolução da informação, são os Estados Unidos (...) Força multiplicadora da diplomacia norte-americana, o eixo de tecnologias da informação estabelece o *soft power* – a sedução da democracia norte-americana e dos mercados livres.” (Nye et Owens, 1996). Conclusão: apenas as comunicações modernas, a Web como ponto-chave, podem “encorajar o desenvolvimento de uma comunidade pacífica de democracias, a melhor garantia de um mundo seguro, livre e próspero”. Lançado pelo professor universitário norte-americano em obra de título significativo *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, publicado no ano seguinte à queda de Muro de Berlim, o *soft power* assim se define: “É a capacidade de realizar objetivos desejados em matéria de relações internacionais, através da sedução de preferência à coerção. É dedicar-se a convencer os outros a seguir, ou os conduzir a aceitar as normas e instituições que produzem o comportamento desejado. O *soft power* pode repousar sobre a atração exercida pelas idéias ou sobre a aptidão de estabelecer a ordem do dia de tal forma que esse poder *soft* modele as preferências dos outros. Se um Estado consegue legitimar seu poder aos olhos dos outros e instaurar instituições internacionais que os encorajem a impedir ou limitar suas atividades, não será mais necessário gastar tanto de seus recursos econômicos e militares tradicionalmente custosos.” (Nye, 1990) Em contraponto a esta definição, será bom lembrarmos do grito de alerta lançado, a partir de 1931, por Aldous Huxley: “Em uma época de avançada tecnologia, o maior perigo para as idéias, a cultura e o espírito arrisca a vir mais de um inimigo com aspecto sorridente que de um adversário inspirando terror e ódio”. (in Ramonet, 2000)

Do âmago da doutrina do *soft power*, emerge um outro *leitmotiv*, redimindo esse: a interdependência entre as nações, a multiplicação de atores e disputas e o enfraquecimento das hierarquias no espaço mundial produzem neste ponto a noção de poder “complexo, volátil, interativo”, termos utilizados por Nye, de tal modo que essa noção (a de poder) se torna inconsistente. O sistema-mundo se representa como acéfalo. E, então, nenhum dos atores do cenário global terá o débito de suas ações. Barthes falava em *Mythologies* (1957) da burguesia como “sociedade anôni-

ma”. Hoje, pode-se aplicar essa qualificação à *global business class*, como gostam de se chamar os líderes globais.

Como todo mundo diz, o ano da queda do Muro de Berlim também deu asas ao discurso do “fim da história”, revisto e corrigido por Francis Fukuyama à luz da vitória da democracia de mercado!

A segurança global ou a “revolução nas relações militares”

O conceito de *soft power* remete à face oculta das doutrinas da globalização: o pensamento do *military establishment*. Uma nova doutrina apareceu durante a Guerra do Golfo para se consolidar à época da Guerra da Bósnia e da implosão africana. A nova representação estratégica que consagra os Estados Unidos como única superpotência sobrevivente (*the lonely superpower*, segundo expressão de Samuel Huntington), cabeça do “sistema dos sistemas”, é uma atualização da noção do *interesse nacional norte-americano*, num momento em que se faz evidente a autoconsciência de sua supremacia na matriz de tecnologias informacionais (*information dominance*). *A esta reelaboração* da perspectiva geoestratégica após o desaparecimento do “inimigo global”, o bloco comunista, os expertos do Pentágono não hesitam em denominar “revolução nas relações militares”, da qual o almirante Owens é um dos artífices.

Redefinir o “controle militar” em um “mundo incontrolável”, onde os atores do “sistema global” se multiplicam tanto quanto seu modo de ação, é o objetivo dessa revisão doutrinal. A sobrevivência, na era da guerra informacional, de guerras da civilização agrária e de guerras da civilização industrial, implica dosar intervenções e abstenções. A guerra legitimada em nome do universalismo humanitário possui ainda seus objetivos que os imperativos do interesse nacional norte-americano indicam. Guerras locais não contidas são aquelas em que os beligerantes resolvem o problema se estripando! E, de todas as formas, quando existe intervenção, ela deve, em princípio, limitar-se a um engajamento que teste os recursos da *cyberwar*, fundamentalmente o domínio do céu. E em ideal, no quadro de uma OTAN a que se tenta transformar em uma organização de segurança quase autônoma, decidindo sozinha operações militares, essas compreendidas além da zona euro-atlântica. Abaixo da escala de países destinados à fatalidade da desconexão, estão os “Estados falidos” (*Failed States*), irrecuperáveis, entalados nos conflitos do vácuo agrário ou do vácuo industrial. A estrutura estatal aí se decompõe e se mostra incapaz de preen-

cher as tarefas geoeconômicas que lhe designou a nova ordem (Joxe, 1996). O que é novo é que o critério de escolha militar transmuda-se aí em geoeconômico. O paradigma daí para frente é o da estratégia ofensiva da ampliação (*enlargement*) pacífica do mercado-mundo que substituiu a estratégia defensiva da contenção (*containment*) da época da bipolaridade. A revolução nas relações militares incorpora portanto a extensão da esfera da livre troca, revelando o laço íntimo que ela teceu entre o domínio de redes informacionais, o modelo universalista da *free market democracy* e a estratégia dita de “segurança global” encarregada de assegurar a estabilidade de um planeta visto através de um único prisma, o do novo liberalismo. A concentração do poder geopolítico no *super lonely power*, é a contrapartida lógica da globalização da economia definida como, nem mais nem menos, *decentralization at the planetary level*.

O impulso do imaginário gerencial

Atestando a nova legitimidade da razão geoeconômica, floresceram as metáforas para designar a empresa global: ‘empresa-halográfica’, ‘empresa-ameba’. Uma empresa relacional e informacional, paradigma da sociedade fluida e ‘circulante’. Uma empresa que se deslastra do peso do modo de organização compartimentado, hierarquizado, cheia de divisórias modo de organização próprio ao regime fordista, e vem aderir ao credo da empresa flexível, da autonomia dos empregados e da ‘empresa-cidadã’. Uma palavra de ordem rege a nova forma organizacional: integração. A das escalas geográficas. O local, o nacional, o internacional não são mais compartimentados, mas postos em interação e pensados de forma sincrônica. Integração da concepção, da produção e da comercialização. Integração de esferas de atividades outrora separadas (particularmente megafusões de empresas de *software* e de *hardware*, de conteúdo e de componentes). Este cacho de convergências de neologismos: *glocalize*, neologismo forjado pelos teóricos japoneses da administração para significar a circularidade local/global; “co-produtor” ou “pro-somador” que designa a nova função do consumidor interativo. Certamente, a palavra integração remete explicitamente a uma “filosofia holística”, melhor, cibernética, da organização do mundo em grandes unidades econômicas. Uma obsessão passa pela nova glosa organizacional: a morte do infame – o Estado-nação. (Ohmae, 1985, 1995)

Essa visão sistêmica destila seu próprio imaginário. A empresa-rede se conjuga então no tempo da “empresa pós-moderna”: uma entidade

imaterial, figura abstrata, universo de universo de formas, de símbolos e de fluxo de informação. Os mais esteticistas doutrinadores da administração não hesitam aliás em lançar referências as mais sábias, de Derrida à Lyotard passando por Foucault, para legitimar esta nova ordem fluida em estruturas ditas “dissipativas” (Cooper, 1989). O que se depreende com toda certeza dessa figura vaporosa do universo empresarial, é a dissipação dos embates da reestruturação da economia mundial, o silêncio sobre a aparição de procedimentos neotaylorianos nos serviços, confrontados com uma concorrência intensa, o impasse sobre a exploração despudorada de operários das cadeias de montagem de artefatos eletrônicos nas zonas francas. É também a confusão entre as palavras e a realidade. Pois o global não pode se aplicar senão sobre uma minoria de firmas. “A empresa global é mais um projeto que uma realidade” (Boyer, 1997a). É igualmente negligenciar que “a internacionalização aprofunda as especificidades de cada economia e que o desenvolvimento da mundialização não impede a diversidade de modelos produtivos, que levam em conta as particularidades sociais e econômicas dos diferentes países”. Enfim, que existe a “hibridação complexa” (Boyer, 2000).

***The global democratic marketplace* e a liberdade de expressão comercial**

Globalização rima com desregulamentação. Da Unesco, os debates sobre a cultura, a informação e a comunicação deslizaram para os organismos técnicos. Em primeiro lugar, o GATT, o Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e Comércio (rebatizado em 1995 como Organização Mundial do Comércio). Na nomenclatura administrativa, estes domínios reuniram os “serviços”.

Desde as primeiras controvérsias sobre a desregulamentação de sistemas publicitários e televisivos, surgiu uma ‘vulgata’ sobre a liberdade de palavra e de escolha. A definição mesma da liberdade de expressão do cidadão está daí em diante concorrendo com a “liberdade de expressão comercial”, que se pretende erigir em um novo “direito do homem”. Uma tensão recorrente se cria entre a lei empírica do mercado e a regra de direito, entre a soberania absoluta do consumidor e a do cidadão, garantida por suas ágoras deliberativas. É neste contexto que se instala a noção neopopulista de *global democratic marketplace*, peça central de legitimação do livre mercadologismo (*échangisme*).

A linguagem gerencial – para não dizer a dos Estados-cúmplices de sua própria privação de posse – sobre a sociedade da informação é o resultado desse projeto ideológico: a definição da diversidade cultural se transmuta em pluralidade da oferta de serviços a consumidores soberanos; a denominação cultural de “trabalho” está ultrapassada pelas noções mercadológicas de “serviço” e de “produto”. As objeções feitas pelos grupos de pressão das indústrias da informação à Recomendação europeia sobre a proteção de dados individuais (em vigor desde o fim de 1998, em detrimento dos *global marketers* que vêm na constituição de bancos de dados um motor essencial do comércio eletrônico) repousam na mesma “filosofia” da liberdade de expressão comercial: “As restrições em nome da proteção da vida privada não devem permitir a anulação do direito de os negócios (*legitimate business*) se exercerem pelos meios eletrônicos tanto no interior como ao exterior das fronteiras” (Eurobit et al., 1995). É aí que reside todo o significado das análises de Pierre Legendre: o dogma da administração é a “versão técnica do político” (Legendre, 1992).

As objeções que se está prestes a fazer a esta concepção mercadológica da liberdade logo serão tachadas pelos *lobbies* de tentativas de restaurar a censura. A liberdade de comunicar não deverá sofrer nenhuma interdição. Apenas o livre arbítrio do consumidor sobre o mercado da oferta livre deve reger a circulação de fluxos culturais e informacionais. Este axioma torna ilegítima desde o início toda tentativa de políticas públicas, nacionais e regionais, nessa matéria. Não consideram nem as interrogações sobre o papel que deve desempenhar o Estado na racionalização dos sistemas de informação e de comunicação com o objetivo de preservar os meios de expressão-cidadã da lógica da segregação mercadológica e tecnológica, nem aquelas interrogações que se reportam à função das organizações da sociedade civil como fator de pressão decisivo para exigir da autoridade pública essa arbitragem.

A reivindicação da plena liberdade de expressão comercial, claramente, busca afastar os limites impostos pela sociedade “ao pôr a serviço da esfera pública os fins das relações públicas”, como diria Habermas. Como princípio de ordenação do mundo, esta noção de liberdade de expressão comercial é indissociável do velho princípio do *free flow of information*, posto em circulação pela diplomacia norte-americana no início da Guerra Fria mas idealizado em plena Segunda Guerra Mundial (Mattelart T., 1995). A doutrina gerencial da empresa sobre a globalização recicla este princípio que alinha a liberdade sem qualificativos (*tout court*) à liberdade de atuação do comércio, dando como obsoletos, mesmo arcaizante, todos os pensa-

mentos que continuam a crer que o princípio do *free flow of information* não é sinônimo de justiça e de igualdade entre os povos. As objeções que se está em vias de fazer a esta argumentação são também tachadas pelos ‘lobistas’ como tentativas para ressuscitar a censura. A liberdade de comunicar não deve sofrer qualquer empecilho.

Um dos pontos em disputa no âmbito do *General Agreement on Trade and Services* (GATS), que deveria ter sido discutido durante a terceira conferência da OMC, o *Millennium round*, organizado em Seattle, de 30 de novembro à 3 de dezembro de 1999, era de que não fosse estendido o princípio da aplicação da doutrina de livre troca a todas as formas de serviços-mercadorias. Na mira: não somente a cultura, a saúde, a educação, o meio ambiente. Resta que, durante a reunião mundial sediada em Vancouver em maio de 2000, se viu naturalizar a argumentação pelo livre mercado (libre-échange) a partir de fornecedores de sistemas ciberespaciais de ensino e outra *global virtual university*.

A busca da norma global

A busca da “norma global” acelerou a elaboração de discursos tecno-utópicos. Os *best-sellers* de N. Negroponte e de Bill Gates são representativos dessa logística encarregada de esteiar fundamentos à promessa do grande crepúsculo de um “capitalismo livre de fricções”. Os dois divulgam um porvir deslastrados dos pesos da “centralidade”, da “territorialidade” e da “materialidade”. As tecnologias digitais se transformam em “força da natureza”. Não existe meio de parar, nem mesmo de refrear seu curso. Seu poder, assevera Negroponte, está em “descentralizar”, em “globalizar”, em “harmonizar” e em “delegar pleno poder de atuação” (Negroponte, 1995). Como seu correlato “comunicar”, o verbo “globalizar” tornou-se intransitivo. Sem necessidade de complementos. Assistimos à implosão do pensamento.

Quanto aos *think tanks*, eles se tornaram provedores de intelectuais orgânicos e caixeiros-viajantes da desregulamentação. Entrevistado em janeiro de 2000 por *Le Monde* um dos responsáveis do Instituto Cato resumiu assim a “filosofia liberal”: “O século XX não foi nada mais do que um parêntesis de estatismo... Respondemos a questão da pobreza dizendo que, quanto mais uma economia funciona livremente, mais ela cria empregos, melhor ela remunera seus empregados e cria menos pobres... A intervenção do Estado é necessária apenas nos domínios das forças armadas, da

polícia e da justiça. Todo o resto pode ser regido pelo setor privado... Para mim, está claro que a nova economia está ligada a este projeto de liberdade” (Boaz, 2000). Especializado na caça de políticas públicas, este *think tank* que pertence à corrente libertária, o mais radical da família neoliberal devido precisamente a suas posições anti-estatais, possui uma única doutrina sobre a regulação das redes: a aplicação do direito comercial comum. O papel do Estado se limitando estritamente a criar o ambiente para a livre concorrência.

Esta visão está longe de ser exclusiva dos fundamentalistas do mercado, como demonstram os debates sobre a *convergência numérica*. Busca-se fundir os regimes de regulamentação aplicáveis ao audiovisual e às telecomunicações, e a submeter os dois a uma norma “simplificada” ditada pelas “forças de mercado”. Portanto, colocar num mesmo saco comunicação telefônica e produto cultural, ficando na berlinda o desaparecimento do tratamento particular reservado ao produto cultural.

Um novo messianismo

Globalização rima com megalomania. O discurso sobre os valores da empresa global e a totalidade mercadológica respira a mania de grandeza: “*Where conquest has failed, business can succeed*”. A *global business community* não cessa de reivindicar o papel messiânico de parteiro da paz mundial. Os organizadores do fórum econômico de Davos que a cada ano reúne essa elite, define aliás sua empresa como uma “espécie de consciência social global”, não sem nos ter recordado previamente que ela é “apolítica”. Em uma entrevista emblemática transmitida em novembro de 1997 pelo canal *Arte* em formato de documentário, o fundador da CNN Ted Turner exprime de uma forma exagerada este neomilenarismo: “Desempenhamos um papel positivo. Desde a criação da CNN, a Guerra Fria cessou, os conflitos na América Central chegaram ao fim, e a paz na África do Sul etc. As pessoas vêem bem que é estupidez fazer a guerra. Ora, ninguém deseja parecer estúpido. Na CNN, a informação circula no mundo inteiro e ninguém quer parecer-se com um débil. Então faz a paz, porque é inteligente, sagaz” (Laffont, 1997). Dois anos mais tarde, este determinismo próprio às cruzadas adquiriria um sabor específico relativamente à *realpolitik* das forças aliadas na ex-Iugoslávia.

O caráter rudimentar dos discursos de legitimação da ideologia da globalização é uma afronta à real complexidade do mundo interconectado.

Sua ascensão em termos de legitimidade social é indissociável da desestabilização conceitual que precipitou a desregulamentação dos sistemas de informação e de comunicação. Gilies Deleuze e Félix Guattari não quiseram sugerir outra coisa quando estigmatizaram a influência dos “universais da comunicação” cuja noção de globalização constitui um eixo fundamental. “O cerne da vergonha, escrevem eles, foi atingido quando a informática, o *marketing*, o *design*, a publicidade, todas as disciplinas da comunicação, se apoderaram da própria palavra-conceito, e disseram: é nosso negócio” (Deleuze e Guattari, 1991). Deleuze via nesta expropriação semântica um índice que *confortava* sua definição de nova sociedade como “sociedade de controle”: uma sociedade onde a empresa serve de paradigma e onde o controle é a curto prazo, a alta rotação, mas contínuo e ilimitado, o que sucede aos mecanismos das sociedades disciplinares evocados por Michel Foucault.

Um planeta assimétrico

Com a idéia de transparência, o igualitarismo é um dos temas abraçados pelas tecno-utopias antecipadoras de uma era global, ao mesmo tempo democrática e próspera. Anunciando para a “grande família humana” o advento da *Global Information Infrastructure* ou infovias, o vice-presidente dos Estados Unidos, Albert Gore, não teria feito espelhar ao mesmo tempo uma nova via de saída do subdesenvolvimento e uma “nova idade ateniense da democracia forjada em fóruns que esta rede de redes vai criar”? (Gore, 1994). O maior ensinamento que nos traz a história qual nos é contada por Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein é que, durante a formação da economia-mundo, as redes não cessaram de cavar o fosso entre as economias, as sociedades, as culturas, separadas conforme a linha de demarcação do “desenvolvimento” (Braudel, 1979 ; Wallerstein, 1990).

As evidências que começam a se acumular forçam-nos a relativizar a evolução das profecias sobre o poder das ferramentas reticulares em transtornar as hierarquias planetárias e em fazer retroceder as lógicas de exclusão. Pelo menos 2% da população mundial estão conectadas, de uma maneira ou de outra, à rede global, constatou em 1999 o professor do MIT, M. Dertouzos. No mesmo ano, em seu balanço crítico da mundialização, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento confirmava a crescente marginalização informacional da maioria dos países. Com 19% da população mundial, os países da OCDE, que agrupa os

29 mais ricos países do mundo, contêm 91% dos usuários de Internet. Mais da metade se encontram nos Estados Unidos, que não representam nem 5% da população do planeta. A fim de financiar o cabeamento dos abandonados da infosfera, o organismo das Nações Unidas propôs uma terapia de choque: uma “taxa sobre os bits”, uma espécie de adiantamento sobre as redes, equivalente a “taxa Tobin” sobre as transações financeiras (PNUD, 1999).

Economia de arquipélago ou *techno-apartheid global* são os termos que convêm melhor a esta clivagem do desenvolvimento, que afeta igualmente, conforme modalidades específicas, os próprios países ricos. O revestimento contemporâneo do potencial de mutação informacional sobre um modelo econômico que tem *tout lieu* de ser compreendido como selvagem por grande parte das nações e de grupos sociais, converteu esse distanciamento em fosso. A forma como, no mesmo contexto, a era numérica redesenha a fisionomia de cidades, disso é testemunho. Os centros-fortalezas, verdadeiras encaves à imagem das cidades privadas norte-americanas e das empresas onde os assalariados vivem em redomas de vidro nos espaços planejados, conectados pelas novas tecnologias da informação, o oposto da imensa *no man's land* – “info-pobre-excluído”. (into-pauvre-exclu). Os fundamentalistas do neoliberalismo confessam de modo franco, sem reservas, que é a nova distribuição de cartas do desenvolvimento não ultrapassável do mundo, invocando o número mágico 20/80. Claramente, o modelo da economia global não pode integrar aos seus beneficiários mais que 20% da população mundial, o destino do restante é a precariedade. Incita-se abertamente a crer que foi posto de ponta cabeça o velho sonho de modernidade de acabar com as desigualdades e as injustiças. “É o paroxismo da mistificação de massa”, julga Alain Joxe: os “ideólogos do *laissez-faire* globalista” ocultam o fato da “exclusão dos condenados à morte produzidos (*produits*) pela guerra econômica”. E o especialista da ciência da guerra e da paz conclui: “a guerra contra os pobres, ou melhor, o genocídio de pobres está na ordem do dia da modernidade” (Joxe, 1997).

Ao contrário da visão geotecnológico-econômica de um mundo supostamente coeso pelo livre mercado, surge, tanto no Norte como no Sul, a Leste e a Oeste, o desacoplamento entre a especificidade dos sistemas socioculturais e o projeto de unificação do campo econômico. E esta dissociação é uma fonte permanente de conflitos e de tensões que alimentam as múltiplas redes da desordem planetária, as quais possuem suas próprias formas de mundialização. Em contraponto das novas paisagens mestiças, mas ligadas inextricavelmente à mesma reconstrução dos processos

identitários à era dos fluxos globais, existem insurreições de singularidade cultural que respondem à ameaça de homogeneização.

O sistema global, novos atores globais

Afluindo à rua para protestar contra a ordem econômica, os novos movimentos sociais em escala mundial reduziram, nos anos 90, suas aspe- rezas a uma noção de globalização que em todo o mundo roça o consenso. Trata-se de um saudável despertar-cidadão que faz retornar à superfície termos revogados pelo projeto da flexibilidade neoliberal, como domina- ção, relações de força, desigualdade.

Numa disputa planetária, novos contestadores com a mesma enver- gadura. Este novo dado político que jamais apareceu tão claramente quan- to em Seattle, no momento da mobilização – verdadeiro *global event* - das organizações não-governamentais, sindicatos e associações contra as conseqüências e perigos de um mundo “todo mercado”. Embora menos espetacular, em abril de 1998, a ação combinada de mais de 600 organiza- ções de cerca de 70 países interligados pela Internet já havia conseguido interromper as negociações do AMI* sobre a liberalização desenfreada dos investimentos.

Depois de três anos, um exemplo de utilização da Internet com fins contestatórios martelava as referências: a “guerrilha informacional” con- duzida a partir de Chiapas pelos neozapatistas e o subcomandante Mar- cos. Esta experiência simbólica nutriu, a jusante, as reflexões dos teóricos da *network society* global sobre os movimentos sociais (Castells, 1996). Mais perto da fonte, ela interpelava os estrategistas da *netwar* do Pentágono, à espreita de novas formas de ativismo político (Swett, 1995).

Buscando apoio na alta visibilidade e na *performance* comunicacional das intervenções das novas redes sociais em escala mundial, as mais diver- sas *confissões* do espectro político não tardaram a proclamar a chegada de uma “sociedade civil global”. As manipulações de que essa noção é objeto requerem no entanto mais circunspeção, tanto mais porque a noção de “sociedade civil” resultou de uma história recheada de ambigüidades. Uma tal extrapolação normalmente faz pouco caso das transformações que afe- tam o Estado-nação em sua articulação com a sociedade civil nacional, os

* Acordo Multilateral sobre Investimentos, formulado pelos países da OCDE.

dois confrontados com as lógicas da mundialização. Ela opera uma recusa a repensar o Estado para além dos esquemas *prêt-à-porter* do “fim do Estado-nação”. Queiramos ou não, o território do Estado-nação mantém o lugar de definição do contrato social e está longe de ter atingido o grau de obsolescência que lhe creditam as cruzadas de desterritorialização por redes interpostas. Isto que se recusa a admitir, por exemplo, o sociólogo Anthony Giddens, nomeado conselheiro de Tony Blair, em sua pesquisa de uma “terceira via”, camuflada de comunitarismo cristão, pela reconstrução da social-democracia mundial (Giddens, 1999). O que ele denomina a “era global” desempenha em seu trabalho um papel determinista. Sua celebração unívoca do poder mítico de uma sociedade civil global formada de novos movimentos sociais, possui como corolário a ‘irresponsabilização’ das autoridades públicas. Um metadiscurso deste tipo não podia ser emitido senão a partir de uma realidade nacional onde o ultraliberalismo anteriormente fez a faxina sobre as conquistas sociais e colocou a função estatal em um nível mínimo. De modo que, o “global” mostra sempre a ponta do seu nariz local.

O sociólogo britânico inclina à corporação de cientistas sociais o espelho do deslize ideológico em que um grande número de seus membros tem trabalhado durante as duas últimas décadas. Partido de um questionamento radical das teorias monolíticas de poder forjadas pela visão ortodoxa da dupla infra-estrutura/superestrutura, esse antigo marxista chega esgotado a um socioconformismo que afoga na multicplidade de mediações e de “procedimentos de estruturação” todas as tentativas de se interrogar sobre as novas configurações do poder e sobre as novas fontes de injustiça social. Na ‘sociedade de mercado’, que parece confundir-se com *global democratic market place*, o indivíduo-átomo-concorrente se converte em pivô da auto-regulamentação. O sistema educativo não é mais aquela fábrica que fortalece as desigualdades sociais, mas o lugar onde o indivíduo constrói sua “empregabilidade” nos quadros da competitividade escolar e torna-se da mesma forma o único responsável por seu eventual desemprego.

À guisa de epílogo, eu diria que a confusão reinante em torno das palavras, conceitos e noções relativos à era global, as quais parecem fazer sentido e consenso nos mais diversos contextos culturais e políticos, exige que nós redobremos a vigilância epistemológica. As longas viagens de estudo que me levaram no ano passado da China ao Oriente Médio passando pelas ilhas do Oceano Índico, fizeram-me acentuar o desejo cidadão, que se vê exprimir em todo mundo, de as pessoas se reapropriarem de

processo de integração mundial a partir da idéia de ‘comunidade cultural regional’. À força de aceitar sem benefício de inventário preliminar a noção gerencial de ‘glocalização’ que coloca face à face o ‘local’ e o ‘global’, esquecemos estas mediações essenciais que são tentativas de construção de vastos conjuntos culturais que procuram responder através da especificidade a um projeto de globalização que não possui visão de culturas senão como instrumental. O que me regozija nas tentativas observadas em cada superfície cultural, é ver que elas fazem saltar não somente as fronteiras físicas mas também as das disciplinas acadêmicas. Geógrafos, antropólogos, historiadores, economistas, especialistas em ciências da vida e outros são convidados a pensar e repensar o novo mundo de redes. À margem dos *global events*, à margem das novas totalidades teóricas sobre o futuro do mundo repleto pela ideologia ‘tecnoglobalitária’, forma-se um caminho, uma outra maneira de construir um planeta viável para todos.

Os grandes relatos da utopia social falaram até aqui de “nenhum lugar” (*nulle part*). A lenta reconstrução do olhar utópico no limiar do século XXI deverá passar pelo *genius loci*, o gênio local, a singularidade do lugar. É sem dúvida a única forma de embaralhar (*bouleverser*) o olhar sobre o universo e o universal.

Bibliografia

- Bell, D. (1960), *The End of Ideology*, Glencoe, Ill., Free Press.
- Bell, D. (1973), *The Coming of Post-industrial Society. A Venture in Social Forecasting*, New York, Basic Books, 1973.
- Bell, D. (1976), *The Cultural Contradictions of Capitalism*, New York, Basic Books.
- Boaz, D. (2000), *Entretien*, Le Mundo de l'économie, 25 janvier.
- Bourdieu, P. e Wacquant, L. (2000), *A nouvelle vulgate planétaire*, Le Mundo diplomatique, mars.
- Boyer R. (1997a), *Les mots e a réalité*, in Mondialisation au-delà des mythes, S. Cordellier (éd.), Paris, A Découverte.
- Boyer, R., (1997b), “*Comment réguler l'économie mondiale?*”, Sciences humaines, Hors série, n° 17.
- Boyer, R. (2000), *Entretien*, Le Mundo, 29 février.
- Braudel, F. (1979), *Le Temps du mundo*, vol III, Civilização matérielle, économie e capitalismo XVe-XVIIIe siècle, Paris, Armand Colin.
- Brzezinski, Z. (1969), *Between Two Ages. America's Role in the Technetronic Era*, Viking Press, New York.
- Castells, M. (1996), *The Rise of Network Society*, Oxford: Blackwell.
- Cooper, R. (1989), “*Modernism, Post-Modernism and Organizational Analysis: the Contribution of Jacques Derrida*”, *Organizational Studies*, vol. 10, n° 4.

- Crozier, M., Huntington, S. e Watanuki, J. (1975), *The Crisis of Democracy. Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, Préface de Z. Brzezinski, New York, New York University.
- Deleuze, G. e Guattari, F. (1991), *Qu'est-ce que a philosophie ?*, Paris, Minuit.
- Dertouzos, M. (1999), *Entretien*, Le Mundo (23 février).
- Drucker, P. (1993), *Post-capitalist Society*, Butterworth-Heinemann Oxford.
- Ferro, M. (1999), "Le futur au miroir du passé", Le Mundo diplomatique, septembre.
- Gates, B. (1995), *The Road Ahead*, New York, Viking Penguin.
- Giddens, A. (1999), "The Third Way. The Renewal of Social Democracy", Cambridge, Polity Press.
- Gore, A. (1994), "Remarks Prepared for Delivery by Vice-President Al Gore to the Internacional Telecommunications Union" (Buenos Aires, March 21, 1994), Washington, Department of State.
- Joxe, A. (1996), "Le Débat stratégique américain" 1995-96. *Revolução dans les affaires militaires*, Paris, Cirpes, 1996.
- Joxe, A. (1997), "A science da guerra e a paix", Conférence prononcée à LUNAM (Université autonome du Mexique), Centre d'études interdisciplinaires, mimeo, janvier.
- Krantz, M. (1996), *Cashing on Tomorrow*, Time, 15 juillet.
- Laffont, F. (1997), *A Planète CNN*, documentaire, chaîne Arte, Paris, 14 novembre.
- Legendre, P. (1997), "A fabrique de l'homme occidental", Paris, Editions Arte.
- Matelart, A. e M. (1986), "Penser les médias", Paris, A Découverte.
- Mattelart, A. (1989), "L'Internationale publicitaire", Paris, A Découverte.
- Mattelart, A. (1992), "A Communication-mundo" Paris, A Découverte (poche, 1999) traduzido no Brasil, *A comunicação-mundo*, Vozes, Petrópolis, 2001, 4ª ed.
- Mattelart, A. (1994), "L'Invention da communication", Paris, A Découverte, (poche, 1997), editado em Portugal, *A invenção da comunicação*, Inst. Piaget, Lisboa, 1997.
- Mattelart, A. (1999), "Histoire de l'utopie planétaire", Paris, A Découverte.
- Mattelart, A. (2000), "L'âge de l'information genèse d'une appellation non contrôlée", *Réseaux*, n0101.
- Mattelart, T. (1995), "Le Cheval de Troie audiovisuel Le rideau de fer à l'épreuve des radios et télévisions transfrontières", Crenoble, PUC.
- McLuhan, M. (1962), "The Gutenberg Galaxy", Londres-New York, Ark Paperbacks.
- Mumford, L. (1963), "Technics and Civilization", New York, Harcourt, Brace & World, éd. orig. 1934.
- Negroponte, N. (1995), "Being Digital", New York, Vintage.
- Nye, J. S. (1990), "Bound to Lead: The Changing Nature of American Power", New York, Basic Books.
- Nye, J. S. e Owens, W. A. (1996), "America's Information Edge", *Foreign Affairs*, vol. 75, no. 2.
- Ohmae, K. (1985), "The Triad Power", New York, Free Press.
- Ohmae, K. (1995), "The End of the Nation State. The Rise of Regional Economies", Londres, Harper-Coilins.
- PNUD (1999), "Rapport mondial sur le développement humain", Genève, Programme des Nations unies pour le développement.
- Ramonet, I (2000), "Un délicieux despotisme", *Le Mundo diplomatique*, mars.
- Rostow, W. W. (1960), "The Stages of Economic Growth. A Non-Communist Manifesto", Cambridge, Cambridge University Press.
- Swett, C. (1995), "Strategic Assessment The Internet", Washington DC, Department of Defense.
- Wallerstein, I. (1990), "Le Capitalisme historique", Paris, A Découverte (coli. Repères).